

A justiça e os dilemas na formação ética de professores

The justice and dilemmas in the ethics formation of the teachers

ANA PAULA CAETANO*
MARIA ROSA AFONSO**



RESUMO – Este artigo organiza-se no sentido de mostrar a relevância de uma formação ética de professores que considere e integre as questões da justiça. As perspectivas da justiça são consideradas não apenas na análise dos enunciados de dilemas dos professores (recolhidos através de questionários) mas ainda como base para reflectir sobre propostas de formação que se centram no aprofundamento dos dilemas dos professores.

Descritores – Formação ética de professores; justiça; dilemas.

ABSTRACT – This article is organized to show the ethical relevance to the formation of teacher who concern and integrate justice questions. The justice perspectives taking in account the teachers dilemmas (items from questionnaires) as well as reflects on the teacher's formation proposal that centered deep dilemmas.

Key words – Ethical teacher formation; justice; dilemmas.

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que a educação é um direito universal, a sua efectiva realização passa a ser uma obrigação de todos os que têm responsabilidades, nesse domínio. Contudo, isso não significa que ela seja uma realidade, em todos os países e em relação a todas as pessoas. São muitas as razões para que isto aconteça, entre as quais sobressaem a concepção de justiça presente na escola e também as condições sociais, económicas e de desenvolvimento dos países.

No que respeita à justiça, um sistema educativo justo deve ser inclusivo e integrador. Assentar nos princípios da universalidade e da igualdade de oportunidades, supõe condições e competências adequadas por parte de todos os profissionais que têm a obrigação de tornar a equidade um facto. A análise de um conjunto de dilemas sobre questões de justiça, relatados por professores do ensino básico e secundário, mostram um vasto leque de problemas e de conflitos a obstar a essa igualdade, sobretudo, devidos à falta de condições, às dificuldades da diferenciação e às falhas na colaboração entre todos os intervenientes – aspectos que a formação ética de professores sobre as

questões da justiça e as exigências da equidade, partindo dos próprios dilemas, poderia ajudar a resolver ou a minorar.

As questões éticas, nomeadamente as questões da justiça, surgem, hoje, na escola, com uma grande acuidade. Estão presentes nas preocupações dos professores, não apenas quando questionados directamente sobre o assunto, mas também quando relatam dilemas da profissão, facto que vem mostrar o carácter problemático da justiça.

Assim, este artigo tem como objectivos mostrar a relevância das questões da justiça na escola e nas práticas dos professores e reflectir sobre os modos de considerar as perspectivas da justiça na organização da formação e na análise e discussão de dilemas dos professores. Realiza-se no âmbito do projecto de investigação “Pensamento e Formação ético-deontológicos de professores”, coordenado pela Professora Maria Teresa Estrela da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, integrando actualmente onze investigadores dos diferentes níveis de ensino.

Tem por base os resultados obtidos através da aplicação de questionários (123 questionários de pré-teste e 840 do questionário final), realizados a educadores e

* Doutor em Ciências da Educação, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal. E-mail: apcaetano@fpce.ul.pt

** Mestre em Ciências da Educação, professora aposentada do 1º ciclo do ensino básico. Lisboa – Portugal. E-mail: rosa_afonso_42@hotmail.com
Artigo recebido em: maio/2009. Aprovado em: junho/2009.

a professores dos ensinos básico e secundário, mais concretamente, sobre o seu pensamento no que respeita aos “Dilemas profissionais”.

JUSTIÇA E DILEMAS EM EDUCAÇÃO

O direito universal à educação

A educação é algo fundamental ao desenvolvimento pessoal e social de qualquer ser humano. Aliás, esta dimensão formativa está presente nas finalidades que normalmente são atribuídas à educação. O valor da educação “... não deve ser visto apenas em termos de eficiência económica ou de bem-estar social. Importância idêntica, se não maior tem o papel da educação ao permitir às pessoas gozarem da cultura da sua sociedade e participarem nas respectivas actividades e, desta forma, permitir a cada indivíduo ter a noção do seu próprio valor” (RAWLS, 1971/1993, p. 95).

É por ser indispensável à valorização de si (do eu), que a educação integra os “bens sociais da auto-estima”, e, pelo facto, é ela mesma um “bem social primário”, que cada um deve desenvolver em si mesmo. A educação não pode ser transferida de um sujeito a outro, distribuída como acontece com certos bens materiais ou a sua falta compensada com qualquer tipo de subsídio.

O reconhecimento desta necessidade humana leva a que se tenha de garantir o direito universal à educação, consagrado no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): 1 – “Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito”.

O simples enunciado deste artigo define toda uma concepção de política educativa, devendo os países que assinaram a DUDH e as organizações internacionais como a ONU, o Conselho da Europa, a OCDE e outros, fazer tudo o que lhes for possível para que a educação seja uma realidade a nível global. Refira-se a propósito o programa Educação Para Todos (1990) da UNESCO, no terreno há quase duas décadas e com meritórios resultados.

Contudo, para levar à prática uma educação para todos não chega o reconhecimento desse direito, são necessários meios económicos e humanos – uma rede de escolas, professores, instituições de ensino médio e superior, formação de professores, investigação... – sem os quais, por mais vontade política e por maior legitimidade, não será possível garantir a todos o direito à educação. Esses meios não são os mesmos quer se trate de países desenvolvidos, de países em vias de desenvolvimento ou de países subdesenvolvidos.

Uma escola de justiça equitativa

Mas supondo que há meios para garantir a todos o direito à educação, é preciso saber como fazê-lo de forma justa. Questionemos as concepções de justiça que, ao longo do tempo, têm determinado a distribuição do “bem social” que é a educação, uma vez que diferentes noções de justiça escolar definem diferentes concepções de escola. Vejamos:

– Uma concepção de escola em que todos os alunos são tratados de igual modo, sem ter em linha de conta as desigualdades familiares e sociais que os alunos apresentam, pode não ser uma escola justa. O que acontece, nesta concepção de escola igualitária, é que as desigualdades não se apagam e têm inevitáveis reflexos tanto no acesso como nos desempenhos escolares. De facto, as famílias são muito diferentes, não têm as mesmas expectativas, nem as mesmas preocupações, nem as mesmas possibilidades de acompanhar o percurso escolar dos filhos ou de lhes possibilitar o mesmo acesso a meios e a bens educativos e culturais. E é por isto que esta escola, supostamente igual para todos, deixa muitos pelo caminho, em geral, avançam os alunos que têm maiores capacidades naturais e sociais, os que têm maior sucesso educativo, sendo a tónica sempre colocada na qualidade do ensino e das aprendizagens. Estes sistemas tornam-se por isso selectivos e por vezes até bastante elitistas, ainda que com elevados níveis de eficácia. Apesar disto, do ponto de vista do direito universal à educação, não podem ser considerados sistemas justos.

É necessário que as situações de desigualdades escolares, devidas ao desfavorecimento natural e social dos alunos, sejam superadas, na medida do possível, para que todos possam ter acesso e frequentar a escola com aproveitamento. Foi por isso que muitos sistemas educativos, sobretudo, em países democráticos e desenvolvidos, caminharam, nas últimas décadas, para uma escola equitativa, com a tónica colocada na integração de todos os alunos.

Uma concepção de escola com base na justiça equitativa (RAWLS, 1971/1993; MEURET, 2000; SAVARY, 2004), dever ser capaz de criar as condições que garantam a igualdade de oportunidades, pois, não é justo que alguém seja prejudicado por apresentar necessidades educativas específicas ou por ter nascido numa família desfavorecida. Assim, uma escola equitativa tem a obrigação de encontrar respostas adequadas para cada aluno, quer se trate de ensino especializado ou apoios socioeducativos, definindo programas, planos, projectos, territórios educativos de intervenção prioritária...

Ao situar-se fundamentalmente nas condições dos processos e no cumprimento das regras e dos procedimentos estabelecidas, que todos os intervenientes,

devem conhecer e cumprir, colaborando entre si, a equidade coloca exigências que não podem ser descuradas ou minimizadas, por mais que sejam as dificuldades.

OS CONFLITOS DA EQUIDADE, OS DILEMAS DOS PROFESSORES

De facto, o princípio da igualdade de oportunidades – criar condições de igualdade, diferenciando conforme as necessidades específicas dos alunos – revela, na prática, muitos problemas e zonas de conflito. Não raras vezes, os sistemas educativos equitativos são acusados de serem pouco eficazes, dos seus resultados ficarem aquém das expectativas, pois, ao integrarem todos os alunos tendem a baixar os níveis de exigência e a criar um certo facilitismo nas aprendizagens e sobretudo na avaliação. Aspectos que criam uma certa desconfiança tanto na escola como nos certificados e diplomas escolares, nalguns casos, muito pouco credibilizados e com falta de saídas profissionais.

Estas são preocupações sentidas tanto pelos intervenientes mais directos (professores, órgãos de gestão, alunos, pais...), como por organismos nacionais e internacionais que têm como obrigação definir e acompanhar as políticas educativas (ONU, União Europeia, OCDE, Conselho da Europa...).

Os estudos empíricos mostram dificuldades ao nível da justiça, com falhas aos diferentes níveis de intervenção, incluindo do sistema e da escola, por não garantirem as condições necessárias à equidade do processo educativo de cada aluno. Os diferentes intervenientes falham, sobretudo, ao nível dos procedimentos de diferenciação, na impossibilidade, muitas vezes, de atender adequadamente determinados alunos, sem que isso ponha em causa o trabalho com os restantes, o ritmo da aprendizagem e o nível de exigência.

Contudo, alguns estudos mostram não existir incompatibilidade entre equidade e eficácia. Ao contrário, entendem que, se a educação e a formação assentarem numa escola para todos, de qualidade e com bons resultados, haverá, a longo prazo, ganhos significativos a nível político, económico e da coesão social (UE, 2006). Um recente estudo corrobora esta ideia e recomenda medidas objectivas para que tal seja possível: diferenciar o mais precocemente possível, apoiar todos os alunos que o necessitem de forma sistemática, conceder apoios económicos suplementares, estabelecer medidas contra o abandono, criar programas de 2ª oportunidade, investir na relação da escola com a família, dar atenção à integração das minorias, nomeadamente dos imigrantes... (OCDE, 2009, p. 91-99).

Ainda assim, não é fácil dar isto como adquirido, quando assistimos, em muitos países europeus, e em

Portugal também, a grupos de jovens de determinadas etnias ou grupos culturais mas não só que, apesar de passaram anos e anos na escola, com escolaridade de segunda oportunidade, vêem reduzidas possibilidades de integração futura no mundo do trabalho.

Esta e outras injustiças levam a que a igualdade de oportunidades na escola seja algo ainda não, totalmente, conseguido. Os professores têm destas dificuldades vivência diária, enfrentando em muitos casos dilemas e tensões éticas, focos de incerteza e questionamento que despoletam muitas vezes processos de reflexão criativos e geridos muitas vezes de modo não satisfatórios para os próprios (CAETANO, 2002; CAETANO, 2008; CAETANO e SILVA, 2009; CAETANO e AFONSO, 2009, CAETANO e AFONSO, 2009).

A METODOLOGIA DO PROJECTO

O projecto “Pensamento e formação ético-deontológicos de professores “organiza-se em duas etapas, uma primeira de caracterização do pensamento ético-deontológico dos docentes dos vários ciclos e níveis de ensino e inferência de necessidades de formação (em fase de conclusão), e uma segunda etapa, de formação e investigação sobre essa formação (em curso), através do ensaio de esquemas de formação que constituam espaços de partilha de experiências, reflexão e questionamento quer sobre a ética profissional, quer sobre a formação ética dos seus alunos.

Na primeira fase procedeu-se à recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos, através de entrevistas e questionários. Neste artigo, em particular, partiremos dos questionários aplicados aos educadores do ensino básico e secundário, na fase de, pré-teste (123 questionários) mas sobretudo na fase final (840 questionários já tratados). Centraremos a atenção nos dilemas propostos aos professores, numa pergunta fechada do questionário, mas também nos dilemas registados complementarmente pelos próprios, numa pergunta aberta.

Partindo da constatação de que a justiça está entre os quatro valores considerados mais importantes, colocamos neste artigo as seguintes questões:

1. Será a justiça uma questão problemática na escola?
2. Que concepções de justiça emergem na enunciação que os professores fazem dos seus dilemas?
3. Como é que a justiça pode ser uma dimensão trabalhada na formação de professores, partindo dos seus dilemas?

Trata-se, assim, de articular as duas etapas de investigação, partindo da discussão dos dados da primeira etapa para conceber e aprofundar propostas de formação a serem utilizadas na segunda etapa.

OS DILEMAS REFERIDOS NOS QUESTIONÁRIOS

Entre os dilemas considerados mais frequentes, de entre os apresentados na pergunta fechada do questionário, salientam-se os seguintes:

Campo	Enunciado do dilema
Profissionais	Dedicar-me inteiramente à minha profissão ou privilegiar a minha família
Escola	Actuar de acordo com o que acredito seja o bem do aluno ou submeter-me às regras da escola
Família dos alunos	Lidar com as famílias de igual modo ou atender às suas necessidades específicas
Avaliação	Classificar o aluno tendo em conta apenas os resultados ou considerar também o esforço e as atitudes na sala de aula

Mas para além destes dilemas presentes nos enunciados dos questionários, muitos foram aqueles que análise dos registos dos professores permite verificar que a palavra justiça é explicitamente referida em muito poucos dilemas, sendo sobretudo uma dimensão implícita na sua maioria.

Os dilemas que se referem explicitamente ao termo justiça são: “deixar-me levar pela revolta e desilusão face a injustiças pessoais ou continuar a desenvolver o meu trabalho com competência e respeito pelos alunos”; “ser justo ou elevar as classificações devido a pressões da escola ou do ministério da educação”; “atribuição de uma nota com carácter motivador ou atribuir a nota justa”.

Consideramos este facto aceitável, uma vez que não se tratou de pedir aos professores que relatassem dilemas directamente relacionados com as questões de justiça, mas sim que relatassem dilemas em geral.

• **No que respeita aos dilemas profissionais:** na maioria dos dilemas ditos profissionais, os professores questionam a continuidade na profissão ou a dedicação ao seu trabalho. Em alguns destes dilemas os professores põem em confronto os interesses profissionais e os familiares. Há também dilemas que põem em confronto, frequentemente, autonomia e subordinação, responsabilidade ética e legal.

Embora a dimensão da justiça não pareça muito visível nestes enunciados, ela está presente, pois um professor desmotivado e com a sua autonomia posta em causa, não se encontra nas melhores condições para cumprir as exigências que lhe são feitas.

• **Os dilemas relativos ao sistema:** são frequentemente dilemas em que se opõe, por um lado, a lei, as normas, os programas, a burocracia, as pressões da escola; e, por outro lado, a consciência e regras pessoais, necessidades dos outros, o Bem dos alunos e o seu sucesso real.

Veja-se, a título de exemplo, alguns dos mais frequentes: “cumprir os diplomas legais ou defender princípios em que acredito”; “corresponder às exigências que hoje são pedidas em todos os campos, especialmente no aspecto burocrático ou atender às necessidades do grupo de que sou responsável”.

Há aqui questões de justiça que resultam do conflito entre o que o sistema estipula que se faça, e o que o professor considera ser melhor fazer, dadas as dificuldades dos contextos. Um conflito entre a legalidade e a ética.

• **No que respeita aos dilemas da escola:** ocorrem muitos dilemas que têm por base um conflito interpessoal, em geral, com os colegas, com órgãos de gestão, com auxiliares. Em alguns deles o dilema é enunciado em termos de evitamento (ou não) do conflito e de intervenção Vs não intervenção no conflito de terceiros. Nestes conflitos destacam-se os conflitos por valores, perspectivas, posições diferentes.

Por exemplo: “denunciar inoperância do conselho executivo ou tomar uma atitude tanto quanto possível indiferente”; “intervir numa situação de conflito entre um aluno e uma auxiliar ou não intervir para não me aborrecer e ter mais participação com participações aos alunos”.

• **Destacam-se, ainda, nos dilemas da escola, os da relação com os colegas:** aqui, para além dos conflitos interpessoais, surgem dilemas associados à colaboração e ajuda entre colegas, bem como questões relativas a corporativismos.

Por exemplo: “fazer saber um erro cometido por um colega ou ajudar o colega a corrigir o erro”.

As questões de justiça estão visíveis na falta de cumprimento de deveres e de regras que põem a necessária colaboração entre todos. Não é justo que por incumprimento de uns o trabalho de todos se veja prejudicado.

• **No que respeita à gestão da sala de sala de aula, onde integramos os dilemas de gestão das relações com os alunos, do ensino, da avaliação:** em muitos destes dilemas a dimensão da justiça é clara. A justiça como equidade, que considera as necessidades dos alunos, as suas capacidades, o seu esforço. A justiça como igualdade, que leva a considerar um tratamento igual para todos, do programa, do discurso, dos recursos, na relação. A justiça retributiva – retributiva em relação ao esforço, à motivação, às capacidades, à amizade. A justiça e o cuidado são claramente integrados, nomeadamente no dilema entre igualdade e equidade que opõe o bem colectivo vs individual.

• **Destacando os dilemas de gestão de processos de aprendizagem,** neles o que está fundamentalmente em causa são as dificuldades em apoiar convenientemente a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais ou de recuperação, o caso dos alunos mais fracos e repetentes.

Por exemplo: “alunos com necessidades educativas especiais, com graves problemas, integrados em turmas regulares. Eles não têm evolução e dificultam a evolução dos seus dos colegas”; “conseguir gerir a heterogeneidade do grupo turma: atender às necessidades de alguns alunos e desenvolver as potencialidades mais capazes”.

As questões de justiça decorrem da impossibilidade de diferenciar de modo a que todos saiam a ganhar, que a integração e o apoio diferenciado a alguns alunos não ponha em causa o trabalho com a turma e os restantes alunos.

• **Destacando os dilemas de gestão de recursos e estratégias:** surgem frequentes questões relativas à diferenciação quer no uso de materiais, quer no desenvolvimento de estratégias de trabalho.

Aqui, a justiça é entendida como diferenciação de materiais e estratégias adequadas ao processo de cada aluno.

• **Destacando os dilemas de avaliação:** surgem frequentes referências à questões de classificação, atribuindo notas em função dos resultados Vs do empenhamento, da motivação dos alunos, do processo de aprendizagem, dos apoios dados aos alunos.

São particularmente relevantes os seguintes exemplos: – “reprovar alunos que não atingiram objectivos por falta de apoio ou aprová-los mesmo que não tenham atingido esses objectivos”; – “sentir-me coagida a transitar alunos que não demonstraram uma atitude de interesse, empenho e esforço mínimo face aos que se encontram em iguais circunstâncias, ficando prejudicados pelo empenho em corresponder minimamente às expectativas”.

As questões de justiça relacionam-se com o baixar do nível de exigência, para aqueles alunos que não tiveram o apoio adequado.

• **Destacando dilemas de cumprimento de regras:** surgem conflitos devidos ao comportamento da turma e de alguns alunos, devido a barulho, indisciplina e agressões verbais, ao ponto de porem em causa o trabalho dos colegas e do professor.

Por exemplo: “enviar um aluno para fora da sala, impedindo-o de participar no tempo que falta da aula ou deixá-lo ficar prejudicando todos os outros com o seu comportamento”; “abandonar uma sala de aula ou tentar superar o barulho dos alunos.

As questões de justiça situam-se no facto do não cumprimento das regras para a relação e comunicação em sala de aula, prejudicando as condições de trabalho de todos.

• **No que respeita a dilemas relativos à família:** muitos dos dilemas mobilizam questões de denúncia: a denúncia da família junto das autoridades. Surgem também dilemas que remetem para uma maior colaboração com a família e que colocam em confronto a responsabilidade da escola e da família. Por exemplo: “aceitar a falta de participação dos pais ou incentivá-los a uma participação mais activa”; “resolver os problemas apenas com os

alunos ou resolver também com as famílias”. A justiça é aqui entendida como a necessidade de apoio social que o professor, a escola e as instituições deverão procurar garantir e que seria importante fazer com a colaboração da família.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

– A JUSTIÇA NOS DILEMAS

Quando analisamos os dilemas do ponto de vista da equidade do sistema educativo, vemos que os conflitos se situam fundamentalmente nos aspectos ligados à diferenciação, no que respeita às condições que deveriam existir e, por vezes, não existem ou são postas em causa; quer nos procedimentos que todos deveriam assegurar para que a igualdade de oportunidades e a integração de alunos fossem uma realidade.

Aspectos ligados à falta de condições do sistema

A justiça equitativa faz exigências de motivação, competência e empenho, aos professores. Contudo, quando estes se referem, nos dilemas profissionais, à falta de condições para desempenharem com motivação e autonomia o seu trabalho; ou quando, nos dilemas relativos à formação, se referem à dificuldades em conciliar o que entendem ser uma formação que responda às suas necessidades com o plano de formação da escola e com as aulas aos alunos, vemos que não estão garantidas as condições necessárias ao trabalho e ao desenvolvimento das competências profissionais.

Aspectos ligados à diferenciação pedagógica

A integração de todos os alunos supõe apoios diferenciados conforme as suas necessidades educativas. Assim, quando os professores relatam, nos dilemas em sala de aula, dificuldades em diferenciar processos de aprendizagem, usando estratégias e recursos diferenciados, vemos que a integração de alunos não é ainda uma realidade.

Talvez aqui se situem, do ponto de vista dos professores que relataram estes dilemas, as maiores dificuldades práticas da equidade. Questionam os procedimentos de diferenciação, sobretudo, por não poderem atender adequadamente todos os alunos a necessitar de apoio sem prejudicarem o resto da turma, sem baixarem a exigência e sem facilitarem na avaliação.

Aspectos ligados à falta de condições sociais

A equidade supõe que seja garantido a todos os alunos que o necessitem apoio social. Por isso, quando

os professores se referem, nos dilemas da família, ao caso das crianças negligenciadas, o que está em causa é a necessidade de intervir no sentido de resolver um problema familiar que impede que estas crianças frequentem a escola em condições de igualdade de oportunidades.

Aspectos ligados ao cumprimento de regras e à colaboração

A justiça como equidade exige a colaboração entre todos os intervenientes, sendo por isso necessário cumprir as regras e os procedimentos definidos, incluindo o dever de vigilância mútua. Por isso, quando os professores se referem, nos dilemas da escola, a certas atitudes, acções e omissões, em relação aos colegas, aos órgãos de gestão, aos alunos, aos encarregados de educação; ou quando, nos dilemas em sala de aula, se referem ao incumprimento de regras por parte dos alunos, o que está em causa é a justiça dos processos, para a qual todos deviam colaborar. Talvez isto aconteça por não estar suficientemente clarificada essa obrigação de todos conhecerem as regras da justiça para que as falhas de uns não prejudiquem o trabalho de todos.

Em síntese, parece ficar claro que uma grande parte dos dilemas se situa nessa conflitualidade entre o cumprimento de regras de justiça – que os professores, por vezes, entendem como deveres legais, e por isso entram em conflito com os diplomas legais, as burocracias... – e a resposta aos casos concretos, fazendo deste modo emergir uma noção de justiça contextualista.

Para uma formação de professores – as perspectivas da justiça na superação de dilemas

Os dilemas são situações de conflito interior, muitas vezes expressos ou decorrentes de conflitos interpessoais, organizacionais, institucionais, constituindo situações de instabilidade e imprevisibilidade favorecedoras de mudança. Usar os dilemas na formação de professores é uma forma de os entender como oportunidades que podem ser aproveitadas para promover mudanças ao nível dos saberes, do pensamento, das práticas e mesmo dos contextos, no sentido de uma maior sustentação numa reflexão ética. Uma reflexão ética que assente em princípios éticos consciencializados e clarificados mas que entenda as circunstâncias particulares em que as decisões éticas são tomadas. Uma reflexão que seja também ela uma oportunidade de debate dentro de comunidades que se pretendem pautadas por uma cultura ética participada e colaborativa. Comunidades de aprendizagem, onde a investigação passe a ser uma atitude e uma prática permanentes e que se mantenham como tal para além do tempo de uma formação apoiada externamente. Comunidades que se alarguem em rede,

atravessando as fronteiras naturais que são as escolas e os agrupamentos e que possam constituir-se em fóruns de reflexão e partilha.

Como se pode então organizar uma formação ética de professores que favoreça o desenvolvimento destas dinâmicas e destes processos? Por um lado, apoiar os professores a perceberem as razões, clarificando noções e perspectivas éticas; e, por outro, dada a inevitável existência de conflitos e dilemas práticos, procurar a sua superação, considerando entre outras a dimensão ética. Estas duas vias podem ser complementares num processo formativo, ou mesmo integradas.

Assim, uma formação que assente na análise e discussão de alguns aspectos de enquadramento teórico, através de textos e autores de referência; nomeadamente na área da justiça, ou o enquadramento legislativo das medidas de diferenciação podem constituir componentes que apoiam o aprofundamento e discussão dos dilemas, para a sua compreensão e superação. Os dilemas surgem, assim, como oportunidades para aprofundar competências diversas de ordem cognitiva (como a reflexividade ética), emocional, volitiva (ligadas à motivação, decisão e acção), interpessoal (tais como empatia, escuta activa, resolução de conflitos) e ainda competências transversais, como a responsabilidade, autonomia e criatividade.

Os dilemas surgem frequentemente pela impossibilidade de aplicar regras gerais a casos particulares, por isso as regras da justiça equitativa encontram tantos problemas práticos. Perante isto, podemos considerar fundamentalmente duas possibilidades: pôr tudo em causa, por entendermos que uma justiça universal não responde, na escola, como deveria, às questões da justiça e, nesse caso, defender perspectivas de justiça educativa que permitam respostas plurais e contextualizadas; ou, sem pôr em causa o valor das regras – universalidade (uma escola para todos) e diferenciação (igualdade de oportunidades) – procurar alternativas válidas para a resolução dos dilemas. É o que faz, por exemplo, Ricoeur (1990).

Para este autor, todos temos uma intenção ética, desejamos e queremos agir bem (mas nem sempre isso é possível), devendo, então, a intenção ética passar pela normatividade moral – este seria o ideal da acção ética; mas nem sempre as normas morais, universais, se podem aplicar a todos os casos, a inevitabilidade dos conflitos leva a que tenhamos de recorrer de novo à interrogação ética, ao que é melhor fazer naquele caso e naquela situação – decisão de *sabedoria prática*, com base num juízo moral em situação. Uma decisão de sabedoria prática que implica considerar todos os aspectos, discutir todos os argumentos e analisar todas as convicções, incluindo a de especialistas (que alarguem os referenciais tidos em conta), até ao convencimento geral de qual a melhor

decisão. Assim, ultrapassa-se o conflito, preservando a intenção ética e sem pôr em causa as regras; elas são, e continuam, válidas, o facto de não poderem, em certos casos, ser aplicadas, não lhes reduz nem retira valor.

Pensar a resolução dos dilemas a partir de Ricoeur, parece-nos importante, pois, para a maioria dos professores – está implícito na maneira como relatam o dilema – não está em causa nem a universalidade da escola nem a integração de alunos.

Os dilemas e as tensões, em geral, podem ser o ponto de partida e eixos de análise para a formação de professores. O seu aprofundamento pode ser iniciado através da escrita reflexiva em torno das dimensões éticas (acabamos de referir a de Ricoeur, mas há outras), práticas e contextuais.

Para preparar uma discussão mais rica, fundamentada e complexa, a formação e os formadores poderão sustentar-se em quadros referenciais múltiplos e integrar abordagens e processos metodológicos favorecedores de uma compreensão mais ampla. Entre estes destacam-se leituras diversificadas, na área dos normativos, da ética, dos campos científicos em que os dilemas se situam, modelizações sistémicas, role playing, processos de investigação para recolha de dados (informativos e de opinião, junto de diversas fontes e especialistas). Em outros momentos, fomos apresentando contributos reflexivos sobre a utilização dos dilemas (CAETANO, 2008; CAETANO e SILVA, 2009; ESTRELA e CAETANO, 2009; CAETANO e AFONSO, 2009; MARQUES e CAETANO, 2009), constituindo este artigo mais um contributo, sustentado mais especificamente nas teorias da justiça.

Não se trata de seguir apenas as recomendações decorrentes de um único sistema filosófico que sobre a justiça se tenha debruçado. Trata-se de compor um caminho que aproveite diversos contributos de diversos entendimentos sobre ética, nomeadamente sobre a justiça. Assim concebemos um processo de reflexão, em contexto de debate colectivo, para o qual confluem processos de análise e de modelização complexa das situações concretas, por via de uma investigação feita pelos próprios professores, intencionalmente orientada pela acção e para a sua transformação. Trata-se, assim, de uma reflexão enquadrada num contexto mais vasto de investigação-acção. Uma reflexão multidimensional que integre conteúdos éticos, técnicos, processuais, consequencialistas, contextuais e mesmo políticos, pois consideramos que a superação de dilemas passa por uma compreensão, por uma abertura de possibilidades práticas, por um equacionar de diversos entendimentos éticos, por uma preocupação pragmática com os resultados. Trata-se de conciliar dois movimentos – por um lado, de expansão de possibilidades (de compreensão e acção), e, por outro

lado, de integração destas – através de um movimento de diálogo para o qual são convocados muitos, directa ou indirectamente presentes. Um diálogo onde a reflexão ética pode estar no cerne, uma reflexão que conjugue regras, razões, crenças, saberes, linguagens, sentimentos, posições e que se vá orientando para a construção colaborativa de soluções criativas, que emergem como terceiras vias, orientadas pelo sentido de um valor maior ou do bem maior para a maioria, mas que se afirmem como convicções dos diversos intervenientes.

CONCLUSÕES

Em jeito de conclusão, diremos, pois, que os dilemas podem ser entendidos num sentido positivo, como geradores de movimentos criativos que podem ser aproveitados como oportunidades de reflexão e de mudança, em contextos formativos.

Retomando as questões a que procurámos responder e que enunciámos no ponto 3, os dados revelam-nos que a dimensão da justiça está presente efectivamente em muitos dos dilemas enunciados, embora a explicitação do termo justiça surja muito raramente. Trata-se de um implícito que se torna explícito a propósito de questões que abordam o tema da justiça de forma mais directa. A justiça é entendida quer na sua vertente universalista, enquanto igualdade de regras e procedimentos, baseada na validade universal de princípios e valores, quer numa concepção mais particularista e contextualista, enquanto equidade atenta às necessidades específicas dos indivíduos. Os dilemas mostram que os professores vivem dificuldades objectivas, nomeadamente no que respeita à diferenciação em sala de aula e à colaboração entre todos os intervenientes. As dificuldades de integração mostram que a grande discussão ao nível da justiça é saber até que ponto é possível conciliar a integração de determinados alunos com uma escola exigente e de qualidade.

Por fim, numa reflexão sobre a última questão – Como é que a justiça pode ser uma dimensão trabalhada na formação de professores, partindo dos seus dilemas?, concluímos sobre a importância de uma estratégia onde é central partir de dilemas reais dos professores para promover o debate, que envolva o grupo de formação, podendo ainda envolver outros intervenientes e especialistas, debate no qual se procure operar uma convicção quanto à melhor solução. Convicção que expresse um comprometimento, não uma mera justaposição técnica dos lugares comuns onde todos se sentem confortavelmente em sintonia. Comprometimento que opere sinergias que perduram no tempo, construindo um sentido de unidade. Mas uma unidade que nasce da diversidade. Uma unidade que se manifesta ainda na diversidade. Pois as convicções a que se chega são pontos de partida para novos questionamentos,

para um movimento que continua. A convicção não pode assumir-se como rigidez, hegemonia, prisão. A convicção é apenas um ponto provisório do caminho, a assinalar a sua possibilidade, a criar coesão, a construir um sentido de pertença. A convicção é um eterno refazer-se, de cada vez que se desfaz, de cada vez que a complexidade do real impõe novas interações e de cada vez que novas instabilidades, contradições e paradoxos emergem. A convicção é sobretudo a de que é importante procurá-la com os outros, porque não somos sós, por não estarmos cá só para nós. A convicção é também a de que o conflito, a contradição e o paradoxo são componentes de um movimento que religa, componentes da criação e da vida, e que precisamos deles como impulsos para continuarmos esse movimento de nos tornarmos humanos melhores, mais humanos.

REFERÊNCIAS

- CAETANO, A.P. Dilemas dos Professores. In: ESTRELA, M. T. (Org.). **Viver e construir a profissão docente**. Porto: Porto Editora, 1997.
- CAETANO, A.P. Modelling Ethical Teacher Tensions and Dilemmas. **Actas do Congrès European de Science de Systèmes**. Lisboa: APOCOSIS, 2008.
- CAETANO, A.P.; AFONSO, M.R. Justiça na escola e dilemas profissionais dos professores. Comunicação. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, X., 2009.
- CAETANO, A.P.; SILVA, L. **Ética profissional e formação de professores**. **Sisifo**, 2009.
- ESTRELA, M.T.; CAETANO, A.P. O mundo do trabalho docente, dilemas éticos e formação profissional. Comunicação. In: COLÓQUIO DA AFIRSE, 2009.
- KANT, E. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução portuguesa de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1988 [1785].
- MEURET, D. L'équité en éducation selon les théories de la justice. In: **Efficacité versus équité en économie sociale**. Tome 1, XX^{èmes} Journées de l'A.E.S. Paris: L'Harmattan, 2000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [Portugal]. Lei de Base do Sistema Educativo. Lei 46/86 de 14 de outubro, com alterações introduzidas pela Lei 115/97 de 19 de setembro. 1986.
- OCDE. **L'éducation aujourd'hui**: perspective de l'OCDE. 2009.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Editorial Presença, 1993 [1971].
- RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. Paris: Editions du Seuil, 1990.
- SAVARY, J. Les théories de la justice: éléments du débat contemporain. In: **Justice internationale et scolaire**: points de repère. Genève: CIFEDHOP, 2004.
- UE. Efficacité et équité des systèmes européens d'éducation et de formation. 2006. (COM/2006/481).
- WALZER, M. **As Esferas da Justiça**. Em defesa do pluralismo e da igualdade. Lisboa: Editorial Presença, 1999 [1983].